

**DIVULGAÇÃO DA LEI E EDUCAÇÃO PARA MINORIAS ÉTNICAS NAS
ÁREAS MONTANHAS DO VIETNÃ**

***DIFUSIÓN DE LA LEY Y EDUCACIÓN PARA LAS MINORÍAS ÉTNICAS EN
LAS ZONAS MONTAÑAS DE VIETNAM***

***LAW DISSEMINATION AND EDUCATION FOR ETHNIC MINORITIES IN
MOUNTAINOUS AREAS IN VIETNAM***

Nguyen QUOC SUU¹

RESUMO: A disseminação da lei e educação para minorias étnicas no Vietnã ainda enfrenta desafios e sofre com deficiências; portanto, a eficácia da popularização da lei é limitada. Com base nos fatos acima mencionados, este trabalho se dedica a destacar algumas conquistas importantes na divulgação e educação da lei para as minorias étnicas, analisando os percalços com a divulgação e educação da lei para essas populações e as causas desses percalços, e assim sugerindo alguns radicais soluções para a disseminação e educação da lei para pessoas de minorias étnicas no Vietnã nos próximos tempos. Assim, o autor propõe 4 grupos de soluções para os próximos tempos: Primeiro, melhorar capacidades e habilidades profissionais para o contingente de repórteres jurídicos e propagandistas que fazem educação jurídica diretamente para pessoas em minorias étnicas e áreas montanhosas; em segundo lugar, renovando o conteúdo legal para essas pessoas; em terceiro lugar, inovando os métodos de educação jurídica; quarto, reformando a forma de educação jurídica.

PALVRAS-CHAVE: Disseminação. Educação. Minoria étnica.

RESUMEN: *La difusión de la ley y la educación para las personas de minorías étnicas en Vietnam todavía enfrenta desafíos y sufre de deficiencias; por lo tanto, la efectividad de la popularización de la ley es limitada. Con base en los hechos mencionados, este artículo se dedica a resaltar algunos logros importantes en la difusión y educación del derecho para las minorías étnicas, analizando los inconvenientes de la difusión y educación del derecho para estas poblaciones y las causas de estos inconvenientes, y en consecuencia sugiriendo algunas soluciones radicales para la difusión y educación de la ley para las minorías étnicas en Vietnam en el futuro próximo. Por lo tanto, el autor propone 4 grupos de soluciones en el futuro: Primero, mejorar la capacidad y las habilidades profesionales para el contingente de reporteros y propagandistas legales que directamente hacen educación legal para personas en minorías étnicas y áreas montañosas; En segundo lugar, renovar el contenido legal para estas personas; Tercero,*

¹ Universidade de Assuntos Internos, Hanói – Vietnã. Vice-reitor. Professor associado. PhD. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0802-4173>. E-mail: huongnguyen164@hotmail.com



métodos inovadores de educação legal; En cuarto lugar, reformar la forma de educación jurídica.

RESUMEN: *Diseminación. Educación. Minoría étnica.*

ABSTRACT: *The law dissemination and education for ethnic minority people in Vietnam is still facing challenges and suffering from shortcomings; hence, the effectiveness of law popularization is limited. Based on the aforementioned facts, this paper is dedicated to highlighting some important achievements in the law dissemination and education for the ethnic minorities, analyzing the drawbacks with the law dissemination and education for these populations and the causes of these drawbacks, and accordingly suggesting some radical solutions to the dissemination and education of law for ethnic minority people in Vietnam in the coming time. Thereby, the author proposes 4 groups of solutions in the coming time: First, improving professional capacity and skills for the contingent of legal reporters and propagandists who directly do legal education for people in ethnic minority and mountainous areas; Second, renewing the content of legal for these people; Third, innovating legal education methods; Fourth, reforming the form of legal education.*

KEYWORDS: *Dissemination. Education. Ethnic minority.*

Introdução

A divulgação e educação do direito para minorias étnicas são atividades orientadas e organizadas que são realizadas por agentes de divulgação e educação e seguem certas diretrizes, programas, métodos e formas que são adequados para as culturas, tradições, religiões, crenças, práticas de produção e normais vida das minorias étnicas (NGUYEN, 2017). Isso desenvolve sua consciência da lei, suas atitudes positivas em relação à lei e seu comportamento adequado em conformidade com a lei aplicável e contribui para desenvolver e aumentar a consciência dos direitos humanos e cidadãos entre pessoas de grupos étnicos minoritários, para que possam ter acesso a esses direitos e efetivamente protegê-los.

Objetivo de estudo

A divulgação e educação do direito para pessoas de grupos étnicos minoritários são atividades orientadas e organizadas que são realizadas por agentes competentes de divulgação e educação com métodos específicos e formas variadas e flexíveis que são adequadas às culturas, tradições, religiões, crenças, práticas de produção, e vida normal



das minorias étnicas. Eles visam fornecer a essas pessoas conhecimentos e compreensão essenciais sobre questões jurídicas gerais e sobre alguns campos jurídicos intimamente relacionados à sua vida e atividades diárias, desenvolvendo suas habilidades, aplicando o conhecimento e a compreensão para resolver problemas jurídicos e eventos que surgem em sua vida cotidiana, e desenvolvendo sua consciência da lei, suas atitudes positivas em relação à lei e seu comportamento apropriado que esteja em conformidade com a lei aplicável. Portanto, o autor considera essencial e urgente estudar a disseminação e educação da lei para minorias étnicas no Vietnã.

Conquistas na divulgação e educação da lei para pessoas de minorias étnicas

Em primeiro lugar, no que diz respeito às instituições legais, a divulgação e educação da lei para pessoas de minorias étnicas receberam a atenção, direção e instrução do Partido Comunista do Vietnã (“o Partido”), do Estado, do Comitê para Assuntos das Minorias Étnicas e agências relevantes de todos os níveis e setores por meio de documentos legais.

Periodicamente, o Governo e o Primeiro-Ministro têm emitido despachos oficiais sobre a divulgação e educação do direito para as minorias étnicas, sendo o mais recente o Despacho no. 1163/QQD-TTg de 8 de agosto de 2017 do Primeiro-ministro que aprova o projeto de “Promover as práticas de divulgação e educação do direito e sua comunicação e mobilização de apoio entre as minorias étnicas para o período de 2017 a 2021”. Recentemente, no Vietnã, foram realizadas aproximadamente 90 oficinas para melhorar as habilidades de comunicação, mobilização, divulgação e educação jurídica de quadros que lidam com assuntos de minorias étnicas, figuras bem estabelecidas e dignitários religiosos das minorias étnicas; aproximadamente 200 cursos de atualização sobre divulgação e educação da lei para repórteres e comunicadores nos níveis provincial e distrital.

O projeto 1163 impactou a vida cotidiana das pessoas em todas as áreas por meio de muitos métodos de comunicação flexíveis e criativos. Nos próximos tempos, as autoridades locais devem apostar na cooperação entre os grupos para a realização do Projeto com vista a melhorar a qualidade e escolher os métodos adequados para cada área (THY, 2020, tradução nossa).

***Em segundo lugar,** as agências e autoridades competentes em todos os níveis de todas as províncias que acomodam as minorias étnicas mobilizaram ativamente os recursos humanos, formularam os planos e programas e forneceram educação jurídica para pessoas de minorias étnicas.*

De modo a assegurar a coordenação sincronizada e harmoniosa entre os referidos agentes, foram constituídas as *Comissões de Coordenação da Divulgação e Educação da Lei a todos os níveis e em todas as províncias*, que passam a funcionar com funções permanentes e estão na dependência do Poder Judiciário (THAO, 2016).

***Em terceiro lugar,** as equipes de repórteres e comunicadores de divulgação e educação jurídica para todos os objetos e para pessoas de minorias étnicas cresceram em número e melhoraram suas qualificações.*

A fim de mobilizar o recurso humano para a divulgação e educação da lei, os órgãos competentes e as autoridades de todos os níveis e setores de todas as províncias que acomodam as minorias étnicas sempre se concentraram na construção de equipes de repórteres e comunicadores de divulgação e educação da lei para todos os objetos incluindo pessoas de grupos étnicos minoritários. Com isso, as equipes de repórteres e comunicadores cresceram em número e se qualificaram. De acordo com estatísticas incompletas, atualmente no Vietnã, existem *aproximadamente 300 relatores jurídicos em nível provincial, 1.800 relatores jurídicos em nível distrital e 100.000 comunicadores jurídicos nos níveis de comuna, distrito e cidade* (COMMITTEE FOR ETHNIC MINORITY AFFAIRS, 2019).

***Em quarto lugar,** em relação aos objetos, a divulgação e a educação da lei encorajaram a participação de muitos objetos, como chefes de aldeia, quadros da Frente Pátria Vietnamita, figuras bem estabelecidas nas comunidades e um grande número de pessoas de grupos étnicos minoritários.*

Os objetos de divulgação e educação da lei para pessoas de grupos étnicos minoritários são chefes de aldeia, quadros da Frente Pátria Vietnamita, bem estabelecidos nas comunidades, e um grande número de pessoas de grupos étnicos minoritários, de modo que sua participação entusiástica e plena é uma conquista importante (COMITÊ, 2019). Somente com a referida participação é que o conhecimento do direito pode exercer os impactos no cotidiano das pessoas. Para alcançar esses impactos, os órgãos competentes e as autoridades de todos os níveis devem primeiro realizar a divulgação e

educação para as minorias étnicas. Os resultados da pesquisa mostraram que de todos os 1.540 quadros e funcionários públicos locais consultados sobre a divulgação e educação da lei nas áreas de minorias étnicas, 90,6% afirmam que as autoridades locais iniciaram a divulgação e educação da lei para pessoas de grupos étnicos minoritários, e 9,4% responderam que a divulgação e educação da lei não foram iniciadas. Os resultados do inquérito realizado em cada província são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 1 – Opinião das pessoas sobre a divulgação e educação da lei para minorias étnicas

No.	Província/cidade	Não divulgada e educada	Disseminada e educada	Total
1	An Giang	3,6	96,4	100,0
2	Ha Giang	13,8	86,2	100,0
3	Quang Ninh	8,2	91,8	100,0
4	Ho Chi Minh city	14,3	85,7	100,0
5	Binh Thuan	12,8	87,2	100,0
6	Kon Tum	4,5	95,5	100,0
7	Quang Ngai	0,9	99,1	100,0
8	Thanh Hoa	6,6	93,4	100,0
9	Đak Nong	17,6	82,4	100,0
10	Đak Lak	21,1	78,9	100,0
11	Đien Bien	3,6	96,4	100,0
12	Bac Lieu	8,2	91,8	100,0
13	Lang Son	4,5	95,5	100,0
14	Lao Cai	13,4	86,6	100,0

Fonte: Projeto Nacional: Questões fundamentais e urgentes na elaboração e aplicação da lei em minorias étnicas e áreas montanhosas do Vietnã

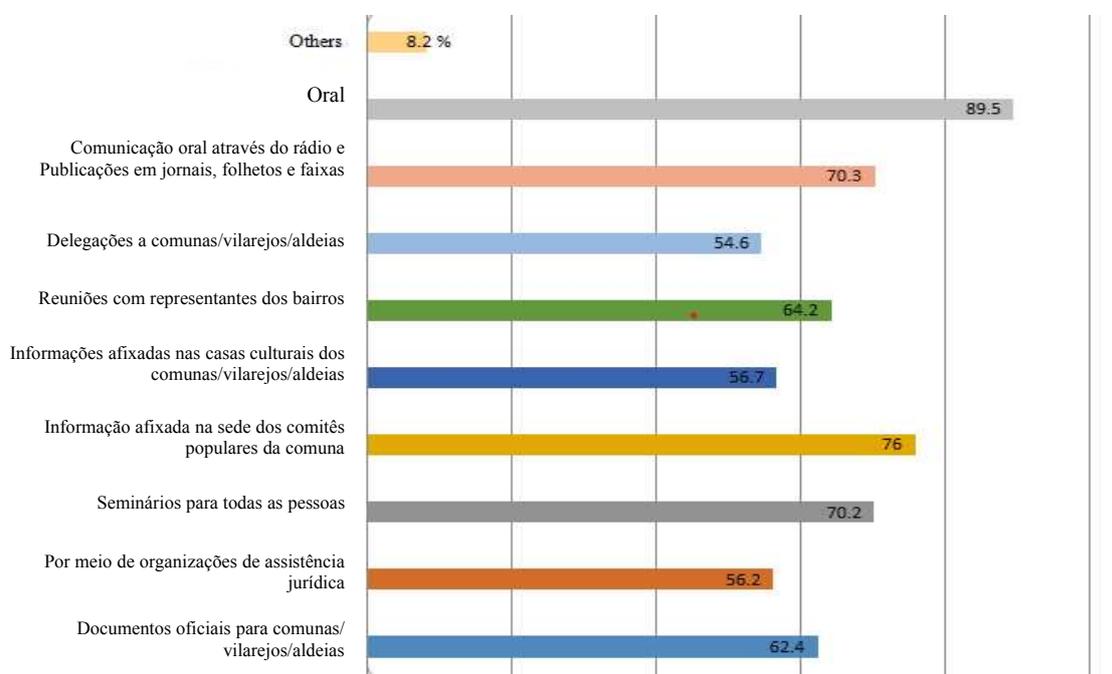
Como pode ser visto, a grande maioria das pessoas de minorias étnicas recebeu educação e divulgação da lei.

Em quinto lugar, em relação aos conteúdos, os agentes de divulgação e educação da lei no país escolheram os conteúdos da lei adequados aos objetos, às características socioeconômicas e às situações de aplicação da lei de cada área que acomoda minorias étnicas.

Em sexto lugar, no que diz respeito às formas de divulgação e educação da lei para todos os objetos e para pessoas de grupos étnicos minoritários, as atividades têm sido feitas de forma flexível de diversas maneiras.

As atividades de divulgação e educação jurídica são realizadas principalmente por meio de comunicação oral, oficinas, cursos de atualização, conferências sobre documentos legais recém-aprovados e documentos oficiais que atendem à necessidade de conhecimento jurídico de quadros, funcionários públicos e do povo. Além disso, existem também outras formas de educação jurídica, como organizar palestras sobre direito, realizar concursos de conhecimento jurídico, compilar materiais jurídicos para todos os objetos, estabelecer uma biblioteca jurídica e fornecer educação jurídica às escolas.

Gráfico 1 – Porcentagem dos formulários usados para divulgação e educação da lei para minorias étnicas



Fonte: Projeto Nacional: Questões fundamentais e urgentes na elaboração e aplicação da lei em minorias étnicas e áreas montanhosas do Vietnã

Pode-se afirmar que as conquistas na divulgação e educação da lei para pessoas de minorias étnicas *contribuíram para melhorar e ampliar o conhecimento e a compreensão sobre a lei de pessoas de minorias étnicas*. A melhoria e o aumento desse conhecimento e compreensão estão gradualmente, *ativa e positivamente alterando o comportamento e as maneiras das pessoas, tornando seu comportamento e maneiras compatíveis com as disposições legais*, e não de maneira instintiva.

Deficiências e desvantagens na divulgação e educação da lei para pessoas de minorias étnicas

- A divulgação e educação da lei para pessoas de grupos étnicos minoritários nos últimos anos não foram consideradas tão importantes quanto o necessário para a administração da sociedade por meio da lei. As atividades não têm sido realizadas de forma regular, constante e consistente, sem objetivos e ênfases centrais. Tem faltado uma coordenação harmoniosa entre agências, organizações, associações e autoridades de todos os níveis e setores, muitas vezes necessária para mobilizar os recursos de todo o sistema político e estimular a participação de toda a sociedade. Como consequência, a necessidade de informação e conhecimento sobre o direito de pessoas de grupos étnicos minoritários não tem sido plena e oportunamente satisfeita (HOANG; PHAN, 2014).

- A divulgação e educação da lei para pessoas de minorias étnicas, em muitos lugares, são apenas superficiais, seguindo o modismo, o que não garante a qualidade e eficácia das atividades (COMITÊ, 2019). Os programas e planos são irregulares e carecem de programas exclusivos para pessoas de minorias étnicas.

- A maioria dos relatores e comunicadores jurídicos está exercendo simultaneamente mais de um cargo, o que significa que seus conhecimentos jurídicos e habilidades pedagógicas são limitados. Esses repórteres e comunicadores jurídicos trabalham de forma não profissional e não científica e não cumpriram os requisitos para reformar o ensino jurídico.

- A coordenação entre agentes não é regular e não sincronizada. A divulgação e educação da lei para todas as pessoas em geral e para as pessoas de minorias étnicas em particular parecem ser simples, mas, na verdade, são tarefas difíceis e complexas, exigindo uma combinação de muitos fatores para garantir a eficácia. Deveria haver mais agências e autoridades, tanto jurídicas quanto outras, participando da divulgação e educação do direito para todos os grupos de sujeitos.

- Os conteúdos, métodos e formas de divulgação e educação da lei para pessoas de minorias étnicas ainda apresentam muitas deficiências e não levam em consideração as características das minorias étnicas.

Resultados e discussão

Melhorar a competência profissional e as habilidades dos repórteres e comunicadores jurídicos que ministram educação jurídica diretamente para pessoas de minorias étnicas

Em primeiro lugar, melhorar a competência profissional, qualificação e conhecimento jurídico dos relatores e comunicadores do direito. Melhorar a competência profissional e as habilidades dos relatores e comunicadores jurídicos que fornecem educação jurídica diretamente a pessoas de grupos étnicos minoritários é uma questão urgente.

Em segundo lugar, ênfase em melhorar e atualizar as habilidades pedagógicas, de comunicação e de resolução de problemas dos relatores e comunicadores do direito. Além de melhorar e atualizar a qualificação e o conhecimento da lei, os órgãos competentes também devem se concentrar mais no treinamento de relatores e comunicadores da lei, equipando-os com métodos pedagógicos, experiência em comunicação de informações, habilidades de resolução de problemas em situações legais, habilidades de comunicação e boas maneiras na educação jurídica (RAMCHARAN, 1997). Essas equipes também devem ser treinadas em habilidades interpessoais, como criar e compilar lições, convencer pessoas, fazer apresentações engenhosas diante de uma multidão. Para o conseguir, tem de haver a cooperação e assistência de professores, especialistas bem estabelecidos e experientes de instituições de ensino e formação que se especializam em direito.

Em terceiro lugar, cada relator e comunicador de direito deve melhorar sua competência profissional e praticar suas habilidades e aptidões profissionais de forma ativa, flexível e criativa, e também deve ser entusiasta do ensino de direito para pessoas de minorias étnicas. Além de participar de cursos de treinamento, oficinas e cursos de atualização do conhecimento jurídico realizados pelos órgãos competentes, cada relator e comunicador do direito deve atualizar regularmente informações e conhecimentos sobre políticas e documentos jurídicos, especialmente aqueles relacionados às áreas jurídicas que precisam ser divulgados e ensinados para pessoas de minorias étnicas. Além do conhecimento e compreensão do direito, os relatores e comunicadores do direito também devem melhorar sua qualificação de teoria política, adquirir mais conhecimento e compreensão sobre questões sociais e compreender certas tradições culturais e costumes

de pessoas de grupos étnicos minoritários, especialmente os idiomas, em a fim de atender às exigências das práticas de ensino de direito para pessoas de grupos étnicos minoritários no período atual (PHAN, 2014).

Em quarto lugar, prestar atenção ao treinamento e à construção de uma equipe de repórteres e comunicadores da lei que sejam pessoas de minorias étnicas é uma medida fundamental tanto a curto quanto a longo prazo. Os quadros principais que fornecem comunicação, divulgação e educação jurídica devem ser pessoas de minorias étnicas e estar bem estabelecidos entre as pessoas de minorias étnicas. Os comunicadores jurídicos designados devem ser competentes e entusiasmados, e compreender plenamente o direito. Se os relatores da lei forem quadros ou funcionários públicos pertencentes a minorias étnicas, será de maior interesse (NGUYEN, 2017).

Atualizar o conteúdo do ensino de direito para pessoas de grupos étnicos minoritários

Em primeiro lugar, adicionar imediatamente conhecimentos fundamentais sobre a teoria geral do estado e do direito aos programas de educação em direito para pessoas de grupos étnicos minoritários. Além disso, tais conhecimentos devem ser compilados, de modo a serem breves, e compactos com ilustrações e exemplos para facilitar a compreensão. Os métodos e formas de ensino do direito escolhidos devem ser compatíveis com a cognição das pessoas de minorias étnicas. Tal conhecimento mencionado é um conhecimento fundamental que ajuda as pessoas de minorias étnicas a entender os conteúdos técnicos jurídicos. Equipar as pessoas de minorias étnicas, que são os objetos da educação jurídica, com tal conhecimento é resolver o principal problema com a compreensão do direito.

Em segundo lugar, escolher os conteúdos da lei que são específicos e intimamente relacionados com a vida cotidiana, práticas de produção e atividades cotidianas de pessoas de minorias étnicas para a divulgação e educação. Conteúdos de lei específicos e intimamente relacionados com a vida cotidiana, práticas de produção e atividades cotidianas de pessoas de minorias étnicas devem ser escolhidos para divulgação e educação. Por outro lado, documentos legais recentemente promulgados devem ser atualizados e adicionados. O conteúdo do ensino de direito deve ser reformado para reduzir a imposição subjetiva, para atualizar o ensino de direito com novos conteúdos

de acordo com as necessidades das pessoas de minorias étnicas e seguir o lema: “equipar as pessoas de minorias étnicas com o conhecimento sobre o direito de que precisam, não obrigando-os a ouvir os saberes sobre leis que os sujeitos possuem”.

Em terceiro lugar, enfatizar a atualização do ensino jurídico com conhecimento sobre os documentos estatutários promulgados pelos Conselhos Populares e Comitês Populares, particularmente aqueles relacionados à vida cotidiana, práticas de produção, empregos e benefícios de pessoas de minorias étnicas. Basicamente, a divulgação e educação da lei para pessoas de minorias étnicas incorporam conteúdos de documentos estatutários, particularmente aqueles promulgados por autoridades nos níveis distrital e comunal, que são bases vitais para a aplicação da lei sobre a democracia no nível comunal e consolidam a poder de pessoas de minorias étnicas (NGUYEN; NGUYEN, 2011).

Em quarto lugar, informar as pessoas de minorias étnicas sobre atividades reais que cumprem a lei em áreas que acomodam pessoas de minorias étnicas. Estar informado sobre atividades reais que cumprem a lei ajuda a encorajar as pessoas de grupos étnicos minoritários a seguir os bons exemplos, conscientizá-los sobre conformidade, alertá-los sobre conspirações e truques contra a lei e incentivá-los a participar ativamente no combate aos crimes e a manter a ordem social e a disciplina nas províncias que acomodam pessoas de minorias étnicas. **Em quinto lugar,** o conteúdo do ensino de direito deve visar equipar as pessoas de minorias étnicas com conhecimento prático, experiência e habilidades para aplicar documentos legais para resolver problemas, eventos e situações legais que surjam em sua vida diária. Em muitos casos, apenas devido à falta de tal experiência prática e habilidades, eventos insignificantes, como conflitos familiares, conflitos entre vizinhos ou disputas civis, levaram a irregularidades e atos ilegais, que aconteceram entre pessoas de minorias étnicas. Portanto, certamente é hora de dar espaço suficiente, no conteúdo da educação jurídica para pessoas de minorias étnicas, para tais conhecimentos práticos e habilidades para resolver problemas jurídicos, eventos e situações da vida real.

Em sexto lugar, os agentes de educação jurídica devem desenvolver rapidamente programas de divulgação e educação jurídica exclusivamente dedicados a pessoas de grupos étnicos minoritários e respectivamente adequados para cada grupo de objetos. Esses programas exclusivos de educação jurídica devem incorporar conhecimento e compreensão suficientes da lei mencionada acima e incluir materiais de referência

compilados exclusivamente para cada grupo de objetos de minorias étnicas, a fim de garantir que as informações e o conhecimento da lei sejam adequados para diferentes grupos de objetos, como quadros de minorias étnicas, funcionários públicos, oficiais, jovens, estudantes e pessoas. Na concepção de programas de educação jurídica exclusivamente dedicados a pessoas de minorias étnicas, deve-se levar em consideração a necessidade de informação e conhecimento jurídico de cada grupo mencionado, e novos documentos e políticas legais devem ser adicionados e atualizados aos programas.

Reformando os métodos de ensino do direito

Em primeiro lugar, reformar os métodos de ensino e comunicação do conhecimento da lei para pessoas de minorias étnicas.

Uma mudança radical do método “*centrado em repórteres da lei*” para o método “*centrado em pessoas de grupos étnicos minoritários*”. Os métodos de apresentações e discussões guiadas devem sempre ser aprimorados e modificados para se tornarem mais interessantes e atraentes para pessoas de grupos étnicos minoritários, o que estimula sua iniciativa, autodisciplina e criatividade.

Em segundo lugar, adotando uma combinação de diferentes métodos na educação jurídica para pessoas de grupos étnicos minoritários para atender a cada grupo de objetos.

Reformar os métodos de ensino e comunicação do conhecimento do direito para pessoas de grupos étnicos minoritários exige que os métodos de ensino do direito se tornem vívidos, intrigantes e atraentes para seus objetos, usando técnicas de fazer perguntas, levantar situações, associar o conhecimento com questões legais específicas problemas e acontecimentos, e estimular debates e discussões animadas com vistas à busca de soluções sob as instruções e orientações dos relatores de direito. A reforma dos métodos de ensino do direito também deve ter como objetivo treinar pessoas de grupos étnicos minoritários nas habilidades para aplicar o conhecimento do direito à resolução de eventos e situações legais que possam encontrar na vida real.

Em terceiro lugar, os agentes de educação jurídica precisam fazer resumos e avaliações rápidas e completas que apontem os pontos fortes e fracos dos métodos de educação jurídica para pessoas de grupos étnicos minoritários.

Com base em resumos e avaliações rápidas e completas que apontam os pontos fortes e fracos dos métodos de ensino de direito para pessoas de grupos étnicos minoritários, os agentes podem decidir sobre os métodos de ensino de direito adequados para as minorias étnicas. Os agentes também devem avaliar o conteúdo do ensino de direito e categorizar as pessoas de minorias étnicas em grupos específicos de objetos de acordo com o local de moradia, idade, ocupação, condição social dentro de uma comunidade e a necessidade de conhecimento do direito para empregar o direito adequado métodos de educação e evitar o desperdício de tempo, esforços e dinheiro do Estado e do povo (NGUYEN, 2014).

Reformando as formas de ensino do direito

Em primeiro lugar, os agentes de educação jurídica devem ter uma compreensão consistente e perceber claramente a diferença entre métodos e formas de educação jurídica para pessoas de grupos étnicos minoritários para prestar atenção adequada ao papel das formas de educação jurídica para tais objetos. Métodos de ensino de direito são determinados pelo conteúdo da lei. É a forma como os comunicadores divulgam e entregam o conteúdo aos ouvintes, o que ajuda os ouvintes a acumular e adquirir conhecimentos jurídicos de forma fácil, interessante e conveniente. Enquanto isso, as formas de ensino do direito são como o ensino do direito para tais objetos é organizado e lançado; com as formas de ensino de direito, a relação entre os conteúdos e métodos de ensino de direito é estabelecida e os objetivos do ensino de direito para pessoas de grupos étnicos minoritários são realizados. Sempre, entre os métodos e os conteúdos do ensino jurídico existe uma relação orgânica.

Em segundo lugar, continuar a diversificar as formas de educação jurídica para pessoas de grupos étnicos minoritários, que se adequem às tradições culturais, modos de vida, atividades, religiões e locais de vida de cada grupo de pessoas de grupos étnicos minoritários. Para a maioria das pessoas de grupos étnicos minoritários, as formas de educação jurídica que podem ser empregadas são:

- Oferecer educação jurídica por meio de reuniões populares, conferências e atividades religiosas;

- Compilar livros sobre direito geral em línguas de minorias étnicas e encorajar pessoas de minorias étnicas a ler livros sobre direito das bibliotecas jurídicas de comunas, distritos e cidades;

- Empregar brochuras com conteúdos de ensino jurídico;

- Proporcionar a divulgação e educação da lei através de programas de rádio e televisão nas províncias com grande número de pessoas de grupos étnicos minoritários.

- Além disso, formas especializadas de educação jurídica conduzidas por meio das atividades dos tribunais e agências de aplicação da lei também são adequadas para pessoas de grupos étnicos minoritários;

Em terceiro lugar, além de diversificadas, as principais formas de educação jurídica para pessoas de minorias étnicas devem ser restritas apenas àquelas que são consideradas apropriadas. Tais formas são:

- Realização de cursos extensivos para divulgar e comunicar a lei que são compreensíveis para pessoas de grupos étnicos minoritários;

- Lançar programas de divulgação e educação jurídica exclusivamente dedicados a pessoas de grupos étnicos minoritários através dos meios de comunicação de massa (jornais e televisões locais, Notícias Jurídicas, Rádios e Televisões provinciais);

- Realização de concursos de conhecimento sobre temas jurídicos populares, a fim de fornecer educação jurídica a pessoas de grupos étnicos minoritários;

- Oferecer oficinas de treinamento intensivo sobre temas jurídicos para comunicar aos principais membros das minorias étnicas (chefes de aldeia, dignitários religiosos e figuras bem estabelecidas), que irão, então, transmitir o conhecimento às pessoas em suas comunidades.

- Impulsionar o emprego de mais canais de mídia de massa, rádios, internet, painéis, cartazes e cartazes para o ensino de direito para pessoas de grupos étnicos minoritários; postar informações sobre a lei nos sites das províncias, distritos, agências e autoridades de todos os setores; e postar informações sobre a lei nos quadros de avisos da sede do governo nos bairros.

- Ministrando o ensino jurídico por meio de atividades de julgamento e tratamento de infrações administrativas, atividades de recepção cidadã, atividades de tratamento de reclamações e denúncias e outras atividades de órgãos do Estado; consolidar as práticas

de assistência jurídica e reconciliação local, que são formas apropriadas de educação jurídica para pessoas de grupos étnicos minoritários.

Conclusão

Grupos étnicos no Vietnã são uma comunidade unida e solidificada com uma diversidade de valores, identidades culturais, costumes, tradições e idiomas. A distribuição dispersa de populações de minorias étnicas em áreas remotas e montanhosas e o desenvolvimento desigual entre minorias étnicas são características significativas da estrutura de minorias étnicas no Vietnã. Ao longo de milhares de anos criando e defendendo a nação, os grupos étnicos no Vietnã sempre estiveram lado a lado e unidos nas lutas contra invasores, desastres naturais e no processo de desenvolvimento do país. Em quaisquer períodos da história, em minorias étnicas e zonas montanhosas, sempre existiram questões económicas, políticas, culturais, sociais, de segurança, de defesa nacional e jurídicas que obrigam o Estado a estar atento para trabalhar e encontrar soluções em ambas as teorias e práticas, e os processos de elaboração e aplicação da lei são algumas das questões mencionadas (PHAN, 2014).

A adesão aos princípios e disposições da Constituição, às diretrizes e políticas do Partido e às políticas e leis do Estado em relação à atenção, prioridade de investimento e ajuda ao desenvolvimento para minorias étnicas e áreas montanhosas tem sido consistente ao longo dos tempos. Recentemente, a Assembleia Nacional aprovou o *plano diretor sobre o desenvolvimento socioeconômico de minorias étnicas e áreas montanhosas no período de 2021 a 2030* (RESOLUTION, 2019), que afirma claramente o ponto de revisar, alterar e adicionar e completar a política e a lei sobre pessoas de grupos étnicos minoritários. As políticas de desenvolvimento socioeconômico, de defesa nacional e de segurança para minorias étnicas e áreas montanhosas devem ser abrangentes e visar o desenvolvimento sustentável e aproveitar as vantagens e potencialidades locais e a autoconfiança das pessoas. Deve-se dinamizar as práticas de comunicação do conhecimento do direito às pessoas de minorias étnicas, obter-se o pleno consentimento social para a divulgação e educação do direito e aproveitar as potencialidades das pessoas para superar as dificuldades e desafios, integrar essas áreas no desenvolvimento do país,

e consolidar a grande unidade nacional e a confiança no Partido e no Estado por parte dos povos de minorias étnicas.

REFERÊNCIAS

COMMITTEE, B. L. **Quick summary after 03 years of conducting the project 1163.** Bac Lieu, 2019.

DOAN, H. **Policies on social development and development management in ethnic minority areas in The Northwest, the Central Highlands, and the Northwest - Theory and Reality.** Hanoi, 2010.

HOANG, B. H.; PHAN, H. V. **Some issues related to reforming the formulation and implementation of ethnic policies.** Hanoi: National Political Publishing House, 2014.

KYMLICKA, W. **The rights of minority cultures.** Oxford University Press.

NGO, N. V. **Sociology of law.** Hanoi: Judicial Publishing House. 1995.

NGUYEN, D. M. **Law enforcement and application in Vietnam.** Hanoi: National Political Publishing House, 2010.

NGUYEN, S. Q. **Expanding programmes of law education for administrative cadres and civil servants of Dak Lak Province.** Hanoi: National Political Publishing House, 2014.

NGUYEN, S. Q. **Law education for administrative cadres and civil servants amidst building Vietnamese socialist rule-of-law state.** Hanoi: National Political Publishing House, 2011.

NGUYEN, S. Q. **Making use of customary laws from the Central Highlands in the current time.** Hanoi: National Political Publishing House, 2017.

NGUYEN, T. A.; NGUYEN, S. Q. **A historical perspective on the autonomy in the policies regarding ethnic minority communities in the Central Highlands.** Hanoi: Social Sciences Publishing House. 2011.

PHAN, H. V. Arguments to denounce the opinion that people from ethnic minority groups are mistreated and discriminated. *In: VIETNAM. Arguments to Denounce Wrong and Hostile Opinions.* Hanoi: National Political Publishing House, 2014.

RAMCHARAN, B. People rights and minorities rights. **Nordic Journal of International Law**, v. 56, n. 1, p. 78-90, 1997.

THAO, S. X. **Building a team of public relation cadres in the time of reform.** Hanoi: National Political Publishing House, 2016.



THY, B. Law dissemination and education for people from ethnic minorities. **Nhan Dan Online**, 2019. Available: <https://nhandan.vn/dan-toc-mien-nui/pho-bien-giao-duc-phap-luat-cho-dong-bao-dtts-381070>. Access: 10 June 2022.

TRAINING, S. U. **Theory of state and law**. Moscow: Legal Books Publishing House, 1974.

UNITED NATIONS (UN). Minority Rights. **Fast Sheet No. 18/Rev.** 1990.

VIETNAM. **Decision No. 1163/QQD-TTg dated 8 August 2019**. Vietnam: Prime minister, 2017.

WORLD BANK (WB). **Country social analysis: Ethnic and development in Vietnam**. 2009.

Como referenciar este artigo

QUOC SUU, N. Divulgação da lei e educação para minorias étnicas nas áreas montanhas do Vietnã. **Nuances**, Presidente Prudente, v. 33, n. 00, e022024, 2022. e-ISSN: 2236-0441. DOI: <https://doi.org/10.32930/nuances.v33i00.9724>

Submetido em: 19/08/2022

Revisões requeridas em: 17/09/2022

Aprovado em: 23/11/2022

Publicado em: 15/12/2022

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.

Correção, formatação, normalização e tradução.

